

SOBRE CAPELAS, POVOADOS, ARRAIAIS E VILAS

Desde os primórdios coloniais, até a década de 1970, poucas coisas mudaram nos nossos sub-burgos. Principalmente até esta quadra, os habitantes da zona rural ainda eram mais numerosos que os das cidades e não sofreram as influências diretas das muitas mídias, especialmente a televisiva. Os sertanejos trabalhavam bem a subsistência e o processo das transformações sociais e urbanas das fazendas e sedes distritais apresentavam-se vagarosos. Em quase todos os povoados, vilas e arraiais ainda era possível observar costumes ancestrais e perceber que os arruamentos estavam quase sempre vinculados ao edifício das suas igrejas, bem como que o linguajar dos naturais se apresentava na forma do mais ingênuo “dialeto mineirês”.

Um dos arraiais da nossa região pode bem exemplificar este lento e ainda perceptível processo evolucionista. Na sede do Distrito de São Miguel do Cajuru, as habitações foram surgindo a partir e ao redor do único edifício religioso do local, a antiga capela dedicada ao Arcanjo São Miguel. O modo de falar local conservou muitas palavras e sons trazidos pelos colonizadores lusitanos. A religiosidade era intensa e ingênua entre os matutos cajuruenses (entre os quais eu me incluo!) e a fé deles foi talhada naquelas veredas como se constituísse uma escada para a subida aos céus. O modelo que permeia entre o barroco tardio e o rococó, exemplo de uma das maneiras envolventes de celebrar os mistérios da fé, ainda está originalmente exposto no interior daquela capela. A primitiva ermida felizmente ainda está praticamente intacta porque ficou como que esquecida e acabou por permanecer incrustada no interior d’uma igreja perifericamente acrescida para atender as necessidades do aumento de fiéis. Assim, magistralmente, quase sem querer, preservou-se um exemplar construtivo e ornamental de imenso valor, com belas talhas, singelas rocalhas, interessantes enrolamentos e harmônicos emolduramentos, além de pinturas de formidável elegância ilusionista sacra, especialmente as formas dos doutores da Igreja em seus púlpitos, as representações do Arcanjo Miguel no altar mor e no medalhão da nave central (com as armas humildemente depositas ao chão em face da Trindade Onipotente), as pinturas florais e instrumentais do forro do antigo coro, as esculturas dos santos... Todas estas estruturas ainda se apresentam recheadas de transcendentalismo, como se estivessem a nos insinuar a percepção de ilusórias paragens celestes.

A ocupação das nossas muitas “minas geraes” aconteceu através dos aventureiros que procuravam minerais preciosos e acompanhavam os

ribeiros, subindo também as encostas atrás de ouro quando este se rareava nas margens e nos leitos dos cursos d'água. A formação dos arraiais, muitos instalados em caráter de provisoriedade se deu, na maioria das vezes, com a fundação d'uma igrejinha no meio de uma praça, em torno da qual ia surgindo tugúrios que envolviam as catas e as grupiarias. Aquelas primitivas e humildosas concentrações urbanas serviam para unir os indivíduos e se tornaram pontos referenciais de acolhimento e de agregação de gente. Nas margens das vias de terra batida ia se construindo casas (os "fogos") e estas acabavam cheias de gente (as "almas"); o traçado ia ficando mais dinâmico e o povoado crescia como lhe convinha, através de doações, de aforamentos e de outras concessões que, pelo menos até a República, foram controladas através de "fábricas eclesiásticas" que negociavam ou operavam quase sempre ao arpejo das leis e sem quaisquer preocupações maiores com as questões imobiliárias e/ou urbanas. O povoado parecia uma entidade viva: espichava ou encolhia conforme o desenvolvimento e a condição de vida dos seus habitantes. Muitos arraiais desenvolveram bastante e se transformaram em cidades, sempre empurrados pelas suas referências econômicas, estruturas arquitetônicas e pelo desenvolvimento humano. Foi dessa forma que aconteceu a formação da maioria dos espaços urbanos que hoje compõe o admirável patrimônio cultural mineiro e brasileiro. Assim, se observarmos atentamente sob as lentes da semiótica, perceberemos que os arraiais que ficaram esquecidos pelo tempo ainda são depositários das mais nítidas impressões das fundações urbanísticas brasileiras no que se refere ao processo de formação dos espaços citadinos.

Representações da época colonial tais como a da igreja do Distrito de São Miguel do Cajuru e as vias que formam o traçado daquela vila estão espalhadas por Minas Gerais e deveriam importar para a cultura brasileira tanto quanto importam os monumentos ditos mais grandiosos. Infelizmente, aos olhos de muitos "especialistas" estes patrimônios ainda são considerados com sendo um "acervo menor". Ora, socialmente somos heterogêneos e mestiços, assim como é a justaposição dos estilos e da sociedade que habita os povoados e as pequenas vilas, locais onde há uma espécie de sincretismo que reflete as nossas heterogeneidades e que demonstra as velozes transformações que a dinâmica da sociedade contemporânea trouxe ao ambiente urbanístico. Então, assim como em tantos outros lugares das terras montanhosas e brasileiras, o povo, a capelinha original de São Miguel do Cajuru encravada dentro dos acréscimos da atual igreja e o traçado quase original do Arraial da "Boca

do Mato” são exemplos facilitadores para a compreensão evolutiva dos espaços e da sociedade das atuais cidades.

A observação semiológica destes modestos conjuntos que acabaram não se transformando em cidade (mas que com um pouco mais de sorte poderiam ter se transformado) é fator importante para que compreendamos as origens setecentistas e oitocentistas das estruturas urbanas e favorece o entendimento das cidades históricas contemporâneas. São por estes motivos que capelas, povoados, arraiais e vilas são ricos em referências e precisam de maior atenção dos órgãos patrimoniais e das entidades preservacionistas.



Primitiva capela de São Miguel do Cajuru
(óleo sobre tela de Aquino, outubro de 2007, acervo de Osni Paiva)

Este texto foi publicado originalmente no *Jornal de Minas*
(São João del-Rei – MG, ano XIV, edição n° 244, de 09 a 15 de maio de 2014, p. 2)